

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.453.042 - SP (2019/0029898-4)

RELATOR : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**
AGRAVANTE : SYLVIO FELICIANO SOARES
ADVOGADOS : ADELMO DE CARVALHO SAMPAIO E OUTRO(S) - SP078976
JOSÉ ALBERTO FRÓES CAL - SP243719
AGRAVADO : VALORSYL DISTRIBUIDORA DE TITULOS E VALORES
MOBILIARIOS S A - MASSA FALIDA
ADVOGADO : MANUEL ANTONIO ANGULO LOPEZ - ADMINISTRADOR
JUDICIAL - SP069061
AGRAVADO : JOAO REZENDE DE SOUZA
ADVOGADO : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M
INTERES. : VALORSYL DISTRIBUIDORA DE TITULOS E VALORES
MOBILIARIOS S A

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por SYLVIO FELICIANO SOARES, contra decisão que inadmitiu recurso especial com fundamento no art. 105, inciso III, da Constituição Federal.

É o relatório. Decido.

Inicialmente, de acordo com os Enunciados Administrativos do STJ n.ºs 02 e 03, os requisitos de admissibilidade a serem observados são os previstos no Código de Processo Civil de 1973, se a decisão impugnada tiver sido publicada até 17 de março de 2016, inclusive; ou, se publicada a partir de 18 de março de 2016, os preconizados no Código de Processo Civil de 2015.

Mediante análise do recurso de SYLVIO FELICIANO SOARES, o recurso especial não foi instruído com a guia de custas devidas ao STJ e o respectivo comprovante de pagamento.

Percebeu-se, no STJ, a irregularidade no recolhimento do preparo bem como na representação processual, razão pela qual houve a intimação da parte Recorrente para que os referidos vícios fossem sanados. Apesar disso, mesmo tendo sido regularmente intimada para efetuar o saneamento, a parte apenas regularizou a representação (fls. 181/183), permanecendo, porém, o vício quanto ao preparo.

Veja-se que à fl. 179 a agravante alega que é isenta do pagamento de custas, nos termos do art. 208 do Decreto Lei n. 7.661/41.

Ocorre que conforme entendimento jurisprudencial "O art. 208 do Decreto-Lei 7.661/1945 só se aplica ao processo principal da falência". Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL. PREPARO DO RECURSO ESPECIAL. DESERÇÃO. SÚMULA 187/STJ. FORMULAÇÃO POR MEIO DE PETIÇÃO AVULSA OU PAGAMENTO DO PREPARO. MASSA FALIDA. CUSTAS. NÃO APLICAÇÃO DA EXCEÇÃO PREVISTA NA NORMA DO ART. 208 DO DECRETO 7.661/45.

[...]

3. "A regra inserta no art. 208 do revogado Decreto-Lei 7.661/1945 somente se aplica ao processo principal da falência, excluída a sua incidência em relação às ações autônomas de que a massa falida seja parte. Precedentes" (AgRg no REsp 1.488.508/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 02/12/2014, DJe 10/12/2014).

Agravo regimental improvido. (AgRg no AREsp 860.182/SP, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 03/05/2016, DJe 09/05/2016) - grifo nosso.

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. HABILITAÇÃO DE CRÉDITO. GRATUIDADE DE JUSTIÇA. AÇÃO AUTÔNOMA. INAPLICABILIDADE DO ART. 208 DO DECRETO-LEI 7.661/1945. NÃO INCIDÊNCIA DO ART. 932 DO NCPC. RAZÕES RECURSAIS INSUFICIENTES. AGRAVO DESPROVIDO.

1. O art. 208 do Decreto-Lei 7.661/1945 só se aplica ao processo principal da falência.

2. Não incide no caso o art. 932 do Código de Processo Civil de 2015, uma vez que a decisão recorrida foi publicada na vigência do antigo CPC (11/3/2016).

3. Razões recursais insuficientes para a revisão do julgado.

4. Agravo interno desprovido. (AgInt no AREsp 1007709/SC, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 29/10/2018, DJe 05/11/2018) - grifo nosso.

Dessa forma, não havendo comprovação do recolhimento do preparo do recurso especial, incide, na espécie, o disposto na Súmula n.º 187 deste Tribunal, o que leva à deserção do recurso.

Outrossim, a parte Recorrente foi intimada do acórdão recorrido em 04/10/2017, sendo o recurso especial interposto somente em 13/12/2017.

O recurso é, pois, manifestamente intempestivo, porquanto interposto fora do prazo de 15 (quinze) dias úteis, nos termos do art. 994, VI, c.c. os arts. 1.003, § 5.º, 1.029, e 219, *caput*, todos do Código de Processo Civil.

Segundo a orientação jurisprudencial desta Corte Superior, a interposição de agravo regimental/interno contra decisão colegiada configura-se erro grosseiro, sendo absolutamente incabível, nem interrompendo nem suspendendo o prazo para a interposição do recurso especial, como, de fato, ocorreu na espécie.

Nesse sentido, o AgRg no AgRg no RE nos EDcl no AgRg nos EAREsp 822.343/MG, Rel. Ministro Humberto Martins, Corte Especial, DJe de 22/08/2018 e o AgInt no AREsp 1199970/SP, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe de 20/08/2018.

Caso exista nos autos prévia fixação de honorários advocatícios pelas instâncias de origem, determino sua majoração em desfavor da parte recorrente, no importe de 15% sobre o valor já arbitrado, nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão da gratuidade da justiça.

Ante o exposto, **com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, não conheço do recurso.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 11 de junho de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente